

RESILIÊNCIA HEGEMÔNICA E DECLÍNIO PRODUTIVO: O PODER ESTRUTURAL DOS ESTADOS UNIDOS PERANTE A ASCENSÃO DA CHINA

Hegemonic resilience and productive decline: the structural power of United States vis-à-vis China's rise

FILIFE ALMEIDA DO PRADO MENDONÇA | mendonca@ufu.br | Professor Associado do Instituto de Economia e Relações Internacionais (IERI) da Universidade Federal de Uberlândia e do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UFU (PPGRI-UFU).

MATEUS DE PAULA NARCISO ROCHA | mateusdepaula@outlook.com | Mestre em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia e doutorando em Ciências Sociais na Universidade Estadual Paulista. Servidor federal.

Data de Recebimento: Maio de 2023 **Data de Aceite:** Junho de 2023

Resumo: Este artigo discute uma série de indicadores para determinar a situação da hegemonia dos Estados Unidos perante a ascensão da China. A partir do conceito de Susan Strange de poder estrutural são comentados indicadores sobre os quatro aspectos do poder: militar, conhecimento, produtivo e financeiro. Argumenta-se que a hegemonia estrutural dos Estados Unidos é 'muito forte', sobretudo nas dimensões militar e financeira, sendo 'forte' na dimensão do conhecimento. No que se refere à dimensão produtiva, embora os Estados Unidos ainda sejam superiores, têm enfrentado um declínio relativo em relação à ascensão da China. Desse modo, a análise dos quatro aspectos do poder permite criticar duas ideias influentes na literatura: a hipótese do declínio terminal e a hipótese da unipolaridade estática. Em síntese, os Estados Unidos são a única superpotência do sistema, não há declínio terminal, mas a hegemonia pode ser ameaçada pela China no longo prazo em função das mudanças incrementais que despontaram na estrutura produtiva.

Palavras-Chave: Poder estrutural; Estados Unidos; China; Balança de poder.

Abstract: This article discusses a series of indicators to determine the state of the United States' hegemony in the face of China's rise. Based on Susan Strange's concept of structural power, indicators are commented on the four aspects of power: military, knowledge, productive and financial. It is argued that the structural hegemony of the United States is 'very strong', especially in the military and financial dimensions, and is 'strong' in the knowledge dimension. However, in the productive dimension, the United States has superiority, but there is a relative decline vis-à-vis China. In this way, the analysis of the four aspects of power allows criticizing two influential ideas in the literature: the terminal decline hypothesis and the static unipolarity hypothesis. In sum, the United States is the only superpower in the system, there is no terminal decline, but hegemony may be threatened by China in the long run due to the incremental changes that have emerged in the productive structure.

Keywords: Structural power; United States; China; Balance of Power.

INTRODUÇÃO

O debate sobre a vitalidade do poder dos Estados Unidos e a dinâmica da distribuição de poder internacional podem ser subsumidos na discussão sobre a hegemonia. Essa discussão não é original: como lembra Joffe (2009, p. 21) a cada década é afirmado que os Estados Unidos estão em declínio. A questão da hegemonia é clássica no campo das Relações Internacionais e da Economia Política Internacional e ainda hoje uma resposta adequada é indispensável para compreender a ordem internacional, visto que a distribuição de poder, a transformação nessa distribuição e a percepção de mudança favorecem determinados comportamentos estatais (GILPIN, 1981; FOOT, 1995; MANSBACH; FERGUSON, 2021). Desse modo, determinar a distribuição de poder, seus fluxos, estoques e tendências é fundamental para traçar estratégias nacionais ou entendê-las. É questão precíua para explicar as interações entre as potências do passado e do presente.

Já na década de 1980, Maria da Conceição Tavares e Susan Strange contestaram a ideia de que os Estados Unidos estariam em declínio e próximos a perder sua hegemonia. Tavares (1985) apontava para a “retomada da hegemonia norte-americana” a partir de 1979, com a diplomacia do dólar forte, que “terminou convertendo finalmente a economia americana numa economia *cêntrica* e não apenas dominante” (TAVARES, 1985, p.12)¹. Strange (1987) propôs o conceito de poder estrutural e analisou os recursos de poder dos Estados Unidos. Nessa análise, ela identificou que em quatro dimensões-chave – segurança, conhecimento, produtiva e financeira – Washington reunia capacidades extraordinárias, não apresentando declínio em relação a nenhum outro país. A tese do declínio era, portanto, um erro de interpretação para Tavares (1985) ou um mito para Strange (1987).

Na década de 1990, o diagnóstico de Tavares serviu como base para a formação de um programa de pesquisa pioneiro no Brasil e na América do Sul, no campo da economia política internacional, culminando, entre outros trabalhos, com a publicação do livro “Poder e Dinheiro: Uma economia política da globalização”, publicado em 1997 (FIORI, 2000). Já o diagnóstico de Strange tornou-se lugar comum na literatura, mas o seu aparato conceitual seguiu sendo muito criticado por falta de rigor e por não estabelecer relações de causalidade, sendo pouco aplicado desde então (COHEN, 1996).

Com o crescimento econômico da China, torna-se relevante resgatar o conjunto conceitual de autoras como Strange e aplicá-lo na análise da posição de poder dos Estados Unidos. No entanto, é importante reconhecer que as discussões sobre poder estrutural tendem a ser estáticas, o que dificulta análises da conjuntura e a compreensão adequada das significativas turbulências e transformações rápidas ocorridas na ordem liberal internacional. O curto-circuito imposto pelo trumpismo ao poder global dos Estados Unidos, a pandemia de Covid-19 e seus desdobramentos bem como a fissura geopolítica imposta pela Guerra da Ucrânia são exemplos importantes da conjuntura que apontam para rupturas importantes (MANSBACH; FERGUSON, 2021; NESMASHNYI, 2023). Por outro lado, a discussão sobre o poder estrutural tem o mérito parcial de nos afastar das conjunturas e colocar em perspectiva o estoque de poder dos Estados Unidos que, embora em crise inegável, possui um acúmulo de “poderes estruturais” que não deve ser descartado (GU, 2022; WINECOFF, 2020). Como nos lembra Fiori, Medeiros e Serrano (2008), o problema de fundo de todas as profecias terminais do poder global dos Estados Unidos “está na confusão que fazem entre planos e tempos históricos diferentes” sendo, portanto, necessário, como recomenda Fernand Braudel, distinguir “o tempo breve, da vida política imediata, do tempo cíclico da vida econômica e da ‘longa duração’ das grandes estruturas históricas” (FIORI; MEDEIROS; SERRANO, 2008).

Diante disso, neste artigo, serão analisados indicadores selecionados para determinar se essa hegemonia ancorada em poderes estruturais permanece ou se há o declínio acentuado caracterizado por alguns autores. Na primeira seção, são discutidos problemas recorrentes ao utilizar indicadores para avaliar o poder nacional efetivo. Na segunda seção, são discutidos indicadores relativos às áreas de segurança e conhecimento. Na terceira seção, são discutidos indicadores nas áreas de produção e finanças. Ao final, são correlacionados os resultados da pesquisa ao debate acadêmico.

1. INDICADORES E PODER NACIONAL EFETIVO

O uso de indicadores é importante no diagnóstico da situação da hegemonia dos Estados Unidos e nas implicações da ascensão da China. Os indicadores, porém, devem ser adequados para medir o poder efetivo, visto que nem todos permitem visualizar as capacidades nacionais e o poder dos Estados (STRANGE, 1987; BECKLEY, 2018). Um indicador de muita

¹ Tavares afirmava que, de 1979 e 1983 os Estados Unidos deram “uma demonstração de sua capacidade maléfica de exercer sua hegemonia e de ajustar todos os países, através da recessão, ao seu desideratum” (TAVARES, 1985, p. 08)

aceitação acadêmica como o *Composite Indicator of National Capability* (CINC) do projeto “Correlates of War” estabelece que as capacidades nacionais relativas da China têm superado as dos Estados Unidos desde 2003. Outro indicador muito aceito na área econômica é o “Produto Interno Bruto”, particularmente o cálculo da “Paridade de Poder de Compra”, que seria uma medida mais realista do que o valor nominal. Nessa perspectiva, o PIB da China é superior ao dos Estados Unidos desde 2014 (ROCHA, 2020).

Considerando apenas esses dois indicadores, a impressão é que os Estados Unidos não são mais o poder preponderante do ponto de vista militar e econômico, tendo sido superados pela China. De fato, nenhum estudo faz essa afirmação, mas é notável que muitas pesquisas sobre o fim da hegemonia dos Estados Unidos utilizam uma seleção impressionista de indicadores inadequados (BECKLEY, 2011; 2018). Os dois indicadores mencionados têm problemas importantes, pois o uso de dados brutos, como o PIB, sobrevaloriza o poder de países populosos, contando os benefícios de uma grande população, mas não descontando os custos associados (*Ibid.*). Nesse sentido, em 2021, os Estados Unidos, com uma população de 331,8 milhões, têm um PIB de 23,3 trilhões de dólares, enquanto a China com uma população de 1,4 bilhão tem um PIB de 17,7 trilhões (WORLD BANK, 2023)².

Para analisar o poder dos Estados Unidos, Beckley (2018), propõe um indicador diferente, considerar o resultado da multiplicação do PIB pelo PIB per capita, pois dessa forma seria possível atenuar a disfunção causada por uma grande população. Nessa leitura, o poder chinês ascenderia em concomitância ao poder dos Estados Unidos, de modo que a distribuição de poder no sistema internacional seria a mesma. Beckley, crítico do declinismo, exemplifica leitura que é diametralmente oposta à hipótese do declínio terminal, isto é, o que poderíamos chamar de “hipótese da unipolaridade estática”: a China ascende perante sua condição anterior, mas não perante os EUA, de modo que os EUA mantêm a disparidade de poder que permitirá sua supremacia perdurar (BECKLEY, 2011; 2018).

A análise de Beckley é uma dentre outras possíveis. O próprio autor reconhece que o poder nacional é multifacetado e não pode ser medido em uma ou poucas métricas (BECKLEY, 2011). Conforme a análise de Strange (1987), a compreensão do poder estrutural implica, em grande medida, em avaliar as capacidades materiais de cada Estado nas quatro dimensões-chave. No seu artigo clássico, Strange (1987) faz um procedimento desse tipo, mas sem explicitamente vincular-se a essa leitura do poder como “recurso”. Nesse sentido, a forma de auferir uma hegemonia estrutural³ é mediante a visão de poder enquanto recurso, o que permite analisar uma situação mais geral e não apenas em uma área específica (BECKLEY, 2018). Desse modo, ao considerar a ideia geral de poder como recurso e, mais especificamente, avaliar as quatro estruturas de poder propostas por Strange, o diagnóstico de Beckley continua preciso como parece ser?

2. AS ESTRUTURAS MILITAR E DE CONHECIMENTO

A partir da obra de Susan Strange (1987) e com o auxílio de outros autores, discute-se o estado da hegemonia dos Estados Unidos tendo em vista a ascensão da China. Segundo Strange, o poder estrutural de um Estado é o poder que importa no sistema internacional, devendo ser medido em quatro áreas distintas: militar, conhecimento, produtiva e financeira.

Discutindo a estrutura de segurança, observa-se, em contraponto ao CINC 5.0, um relativo consenso acadêmico de que os Estados Unidos são muito superiores do ponto de vista militar a qualquer outro adversário (POSEN, 2003, 2014; WOHLFORTH, 1999; FIORI, 2004; ART, 2003; CHAN, 2008). Nesse sentido, após o fim da Guerra Fria, discutiu-se sobre a

² O mesmo problema básico é encontrado no CINC 5.0 que, para criar o indicador, agrega as partes nacionais de seis elementos – população total, população urbana, produção de aço e ferro, consumo de energia primária, gasto militar, quantidade de pessoal militar. Essa composição favorece países com grande população, o que geralmente envolve grande número de pessoal militar, de gasto militar e de consumo de energia (CHAN, 2008, p. 13; BECKLEY, 2011), sobrevalorizando o poder nacional desses Estados. Além disso, o CINC 5.0 não oferece uma adequada caracterização da estrutura de segurança, pois não insere com centralidade a dimensão tecnológica, o buslís da guerra e da competição por segurança moderna. (COHEN, 1996).

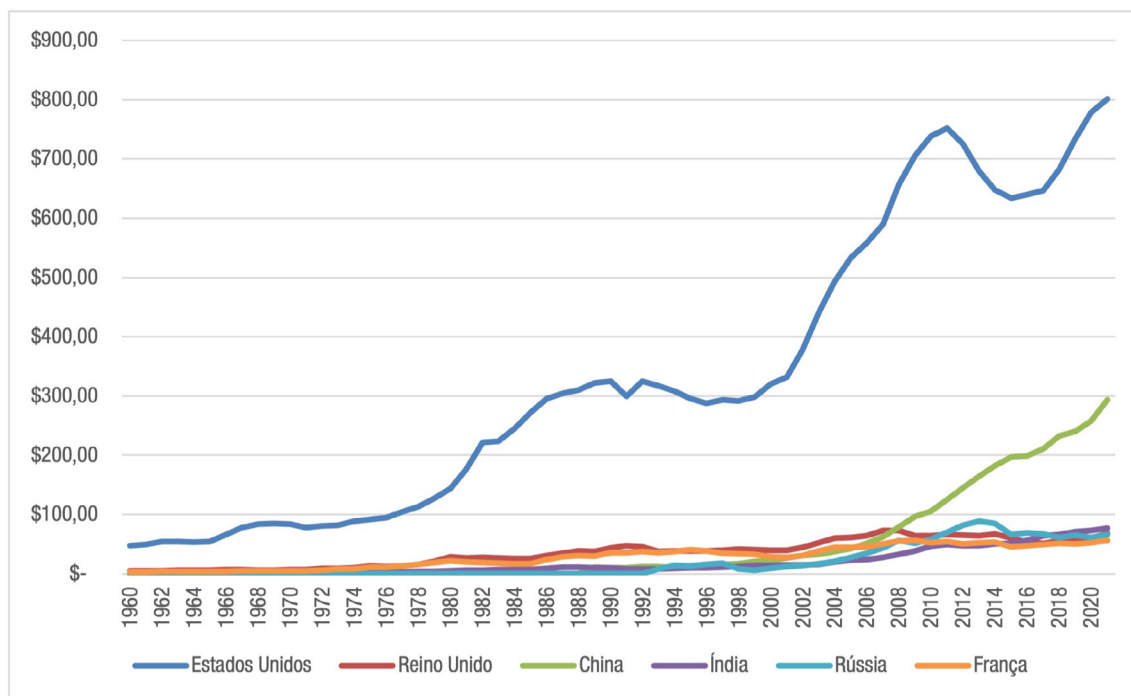
³ Deve-se estabelecer um critério para a existência de uma hegemonia estrutural, ou superpotência. Conquanto as quatro dimensões – produtiva, segurança, financeira e tecnológica – se reforcem, é possível que um Estado sobressaia em apenas uma delas, sem necessariamente se tornar uma hegemonia estrutural. Para os fins deste estudo, entende-se que existirá uma hegemonia estrutural sempre que um Estado tiver forte superioridade em relação a qualquer outro em pelo menos duas das estruturas do poder estrutural, sendo uma delas a estrutura militar. Se um Estado “A” só é superior na estrutura militar ele não será uma hegemonia, bem como se um Estado “B” for um gigante econômico na produção, finanças e tecnologia, mas não tiver poder militar relativo ele também não será uma hegemonia. Desse modo, a hegemonia estrutural não é poder absoluto, não é apenas supremacia militar, nem somente a supremacia econômica. É situação relativa em relação aos demais Estados em que um ator concentra capacidades desproporcionais em relação aos outros.

unipolaridade e qual seria a sua duração. O historiador Paul Kennedy caracterizou os Estados Unidos não apenas como a maior superpotência de seu tempo do ponto de vista militar, mas também como a maior de todos os tempos (KENNEDY, 2002). Esse consenso decorre da superioridade em equipamentos militares, das vantagens geopolíticas e da capacidade de investimento dos Estados Unidos.

Para Posen (2003; 2014) os Estados Unidos teriam inclusive o “controle dos comuns” (*Command of the Commons*). Isto é, Washington deteria o domínio, em última instância, das áreas que não pertencem a ninguém e permitem acesso à parcela significativa do planeta: o espaço, o mar e o ar (*Ibid.*). Segundo o autor, poucos países têm capacidade de negar o espaço aéreo aos Estados Unidos, enquanto o contrário não se verifica. De lá pra cá, esta situação pouco mudou.

Para compreender o poder de um Estado na estrutura de segurança um aspecto crucial são os gastos militares. Conforme a Figura 1, os Estados Unidos têm um gasto em defesa que é superior a qualquer outra potência, sendo maior que o agregado de cinco grandes Estados com alguns dos maiores orçamentos de defesa do planeta. Desde pelo menos 1960, o gasto em defesa dos Estados Unidos foi sempre consideravelmente superior ao dispêndio agregado de China, Rússia, França, Reino Unido e Índia. Em 2021, o orçamento de defesa dos Estados Unidos (800 bilhões de dólares) foi quase três vezes superior ao da China (293 bilhões de dólares), e doze vezes superior ao da Rússia (65 bilhões de dólares) (WORLD BANK, 2023).

Figura 1 – Gasto militar dos Estados Unidos em comparação com China, Rússia, França, Reino Unido e Índia, 1960-2021 (dólares atuais)



Fonte: Elaboração própria com dados do World Bank (2023)

Os investimentos extraordinários de Washington geram arsenais bélicos muito superiores aos dos seus rivais. Em 2018, os Estados Unidos tinham 11 porta-aviões, enquanto a Rússia e China apenas 1 cada (IISS, 2018). Isto é, do ponto de vista da projeção de poder em outras regiões, Washington está em um patamar militar único com capacidades muito superiores às dos competidores mais próximos. O poder dos Estados Unidos é reforçado pelas centenas de bases militares extranacionais que fortalecem a sua projeção de poder. Outra vez, inexistente comparação: os Estados Unidos têm mais de 800 bases militares, espalhadas por mais de 70 países. As demais potências têm, no agregado, 32 bases militares – Reino Unido e França, onze bases cada, Rússia, nove bases, e China, apenas uma base (JACOBS, 2017). Além disso, as bases estadunidenses estão geralmente associadas a tratados de defesa mútua, consolidando mais de 60 alianças formais, enquanto a China tem menos de 3 desses acordos. (BECKLEY, 2018, p. 106). Por esses fatores, e em função dos porta-aviões, submarinos e tecnologia espacial, os Estados Unidos detêm uma “capacidade de segundo ataque” alta e crível, muito superior à de seus rivais.

A dimensão geopolítica também é um ponto fundamental. Os Estados Unidos estão geograficamente situados em uma região estável, com Estados militarmente fracos e acesso livre a dois oceanos. De outro lado, a China está situada em uma região instável onde estão presentes as tensões emanadas da Coreia do Norte e da Caxemira. Além disso, o acesso da China ao oceano Pacífico é contestável, em função da cadeia de ilhas em sua costa, e existem grandes potências detentoras de armas nucleares no seu entorno estratégico, como Rússia e Índia. Nas imediações da China também está presente o Japão, país de alta tecnologia e nuclearmente limítrofe (com capacidade de curto prazo de acessar a arma nuclear), bem como Estados fracos, mas com tecnologia nuclear como o Paquistão e a Coreia do Norte (GOWAN, 2010). Os Estados Unidos são uma grande potência insular e, sobretudo em função das suas capacidades militares, ainda estão em uma situação extremamente vantajosa do ponto de vista da segurança. Segundo Layne (2006, p. 22), ainda que no sistema internacional a segurança seja escassa, para os Estados Unidos ela é abundante e Washington teria algo próximo de uma “segurança absoluta”.

Além dessa vantagem, é importante notar que desde o governo Carter os Estados Unidos consideram um “interesse vital” o livre fluxo do petróleo (a *Doutrina Carter*) e, assim, grande quantidade de suas bases está concentrada no Oriente Médio. Com isso buscam, sobretudo, controlar, em tempos de crise, a produção e as rotas de suprimento desse recurso estratégico para produção econômica e para a guerra (KLARE, 2006; GOWAN, 2004). Conforme Gowan (2004, p. 29), as zonas com as maiores reservas de petróleo são o Golfo Pérsico e o entorno do Mar Cáspio e: “If the United States controls these regions and the supply routes from them, it generates acute security dependence on the United States for China, Japan, and Western Europe.”

Já a situação geopolítica complexa da China gera maiores dificuldades na formulação das estratégias e maior dispêndio de recursos, sendo mais difícil manter a estabilidade regional, combater o separatismo e monitorar as fronteiras. A China também importa 82% de todo o petróleo bruto pelo Estreito de Malaca – situação caracterizada por estadistas chineses como o “dilema de Malaca” – e, portanto, tem uma vulnerabilidade significativa em um hipotético bloqueio naval. Desse modo, existem diversos constrangimentos à projeção de poder militar da China em regiões distantes (ART, 2010). O domínio dos Estados Unidos é massivo na estrutura de segurança.

Importante destacar, contudo, que a China experimentou um significativo avanço militar, especialmente em comparação com décadas anteriores, tornando-se atualmente um poder regional impressionante. Em 2007, Pequim realizou com sucesso a destruição de um satélite em órbita a partir de um míssil disparado em terra, o que alarmou os Estados Unidos (CHRISTENSEN, 2015; HAYTON, 2014). No mesmo período começou a chegar ao público o desenvolvimento do míssil Dong-Feng 21D concebido para atacar grandes navios, como porta-aviões, na área próxima à costa chinesa (HAYTON, 2014). Nesse sentido, a China começou a erodir certas vantagens dos Estados Unidos.

Um estudo da Rand Corporation (2015) sobre o balanço de poder militar na região da Ásia Pacífico classifica que a China diminuiu a disparidade de poder dos Estados Unidos em diversos cenários de conflito. O trabalho discute nove cenários de conflito entre China e Estados Unidos com relação a Taiwan. Segundo este estudo, os Estados Unidos tinham em 1996 *grandes vantagens* em 6 situações; e *vantagens comuns, balanço de paridade e desvantagens comuns* em 1 uma situação cada. Em 2017, as *grandes vantagens* dos Estados Unidos inexisteriam, sendo que Washington teria *vantagens comuns* em 3 situações, um *balanço de paridade* em 4 situações e *desvantagens comuns* em 2 cenários. O estudo indica, ainda, que no período de 1996 a 2017 os Estados Unidos mantiveram a “capacidade alta” de segundo ataque nuclear, enquanto a China, que tinha “capacidade baixa” de segundo ataque de 1996 a 2010, passaria a ter uma “capacidade média” de segundo ataque em 2017.⁴

Mesmo em seu entorno estratégico, Pequim não tem capacidades superiores às dos Estados Unidos. Os Estados Unidos, do outro lado do Oceano Pacífico, são indiscutivelmente a principal potência militar no leste da Ásia. No entanto, as tendências de longo prazo na balança de poder militar asiática entre os Estados Unidos e a China não são fixas e talvez estejam tendendo em favor da China.

Nesse sentido, apesar de certas tendências desfavoráveis na balança de poder asiática, a hegemonia dos Estados Unidos na estrutura de segurança é muito forte. Ela é multifacetada, sendo muito mais robusta que a hegemonia britânica no século XIX (STRANGE, 1987; POSEN, 2003). O “controle dos comuns”, indicado por Posen (2014), é resultado de um alto e sistemático investimento em defesa por parte dos Estados Unidos – que só é possível em função da alta dinamicidade econômica –, fazendo com que mesmo em períodos de redução do orçamento de defesa, como na era Obama, os Estados Unidos permanecem em outro patamar em relação aos demais países. Isso não implica um poder absoluto, tendo em vista a existência do armamento nuclear, porém implica vantagens únicas e alavancagens significativas sobre aliados e adversários.

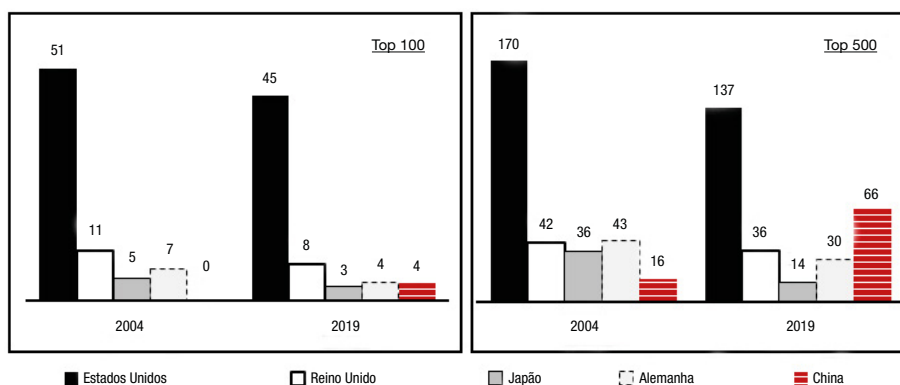
⁴ O fato de a China ter aumentado a capacidade de segundo ataque, tendo confiança intermediária, é elemento chave para a dissuasão nuclear. Isso implica que o uso da força pelos Estados Unidos é uma opção mais custosa e menos provável; particularmente em questões nas quais a China demonstrou interesse vital, como Taiwan.

Portanto, os Estados Unidos são a única grande potência com capacidade de projetar poder em todo o planeta, em função de suas bases militares, porta-aviões, submarinos nucleares e tecnologia espacial. “The U.S. [...] is the only power that has a truly global reach”. (CHAN, 2008, p. 15). A China está distante das capacidades dos Estados Unidos, mas tem capacidade de projeção de poder regional. O desafio chinês ao poder militar dos Estados Unidos é regional e setorial, a balança de poder militar continua desequilibrada desde o final da Guerra Fria. Segundo Chan (2008, p. 25): “Although China has been getting stronger, the U.S. is not in the process of being overtaken, globally or regionally.” Conforme Ashton Carter, ex-secretário de defesa dos Estados Unidos, a China não será no curto ou no médio prazo um poder militar comparável ao dos Estados Unidos, porquanto os Estados Unidos têm estoque superior de gastos em defesa, mais experiência militar das forças armadas e diversos aliados e parceiros: “[...] it will be a long time before China matches America in comprehensive military power.” (CARTER, 2018, p. 21)

A estrutura do conhecimento também é fundamental e está entrelaçada de modo especial à estrutura de segurança e à estrutura produtiva. O domínio da tecnologia de última geração e a capacidade endógena de inovar são fundamentais tanto para a competição econômica avançada quanto para a competição militar. Como observa Posen (2003, p. 46) há uma mútua dependência entres as dimensões: “If the United States were not the dominant economic and technological power, it would not be the dominant military power.” Medeiros (2004) observa que as inovações militares dos Estados Unidos costumam beneficiar empresas civis com tecnologia de ponta, como a Boeing. Para Gowan (2004, p. 10), o orçamento militar dos Estados Unidos funciona como uma política contra cíclica; como uma alavancagem de política industrial oferecendo um mercado protegido para grandes setores industriais; e gera uma importante dinâmica de pesquisa e inovação que beneficia os setores de alta tecnologia da economia civil. Isto é, o caso estadunidense demonstra que o investimento em defesa, particularmente em novas tecnologias, é capaz de gerar patentes e produtos de última geração propiciando multiplicadores gigantesco para a economia civil americana, bem como novos produtos militares para a venda no mercado internacional.

Para avaliar a estrutura de conhecimento/tecnologia é importante considerar a distribuição nacional das principais universidades e centros de pesquisa do planeta. Conforme o “Shangai Ranking” apresentado na Figura 2, a maior parte dessas instituições está localizada nos Estados Unidos nas duas listas consideradas, a “Top 100” e a “Top 500”. A China teve, como se observa no “Top 500”, um crescimento exponencial, saltando para a segunda posição do ranking, todavia ainda está distante dos Estados Unidos, tendo menos da metade das universidades de ponta.⁵ Além disso, no “Top 100” das principais universidades a China permanece no segundo escalão, com 4 instituições, enquanto os Estados Unidos têm 45.

Figura 2 – Distribuição das principais universidades do mundo por países selecionados conforme a lista Top 100 e Top 500 do “Shangai Ranking”, 2004/2019



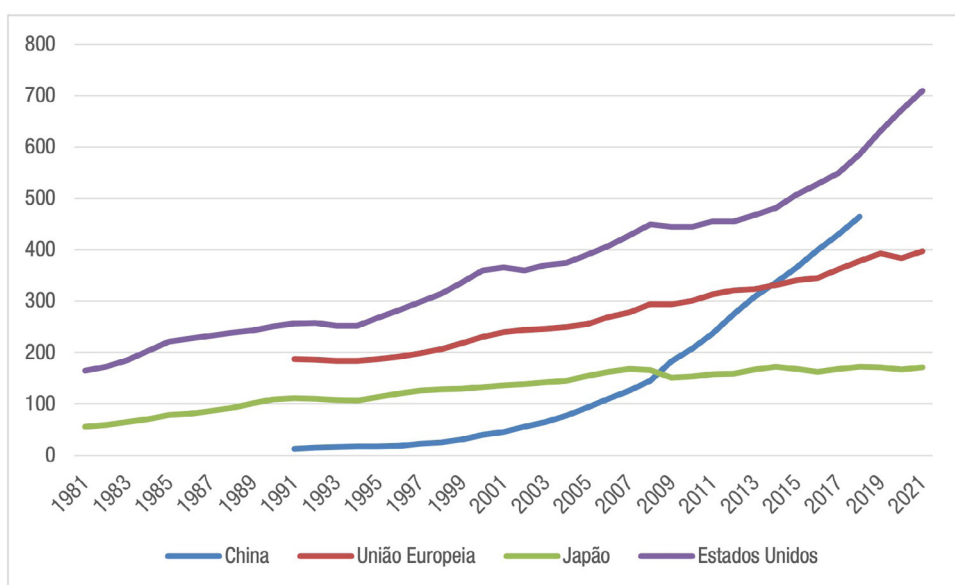
Fonte: Elaboração própria com dados do Shangai Ranking (2019)

Outro ponto importante nessa estrutura são os investimentos em P&D. Conforme a Figura 3, os Estados Unidos desde pelo menos o ano 2000 têm o maior gasto em P&D em comparação com outros Estados e regiões como a UE. Apesar de mostrar

⁵ A redução na disparidade de poder, particularmente no “Top 500”, não é necessariamente significativa. Como lembra Beckley (2011), mais importante do que a capacidade de inovar cientificamente é a capacidade de capitalizar em cima dessas inovações, sendo necessário uma infraestrutura física e um número significativo de pessoal qualificado.

apenas o fluxo, pode-se considerar que do ponto de vista do estoque, das capacidades acumuladas, os Estados Unidos têm uma liderança ainda mais significativa em relação aos demais Estados e regiões. Nesse sentido, embora a China tenha investido mais de dois por cento do PIB nessa área, e tenha um total maior que o da União Europeia em 2015, do ponto de vista do acumulado de uma década a China está atrás da UE e, mais ainda, dos Estados Unidos. Uma possível liderança chinesa nesses indicadores não indicaria, por si só, que a China tem uma capacidade de inovação endógena maior que outros países, pois tão importante quanto o investimento realizado em um ano particular, é o acúmulo de conhecimento, pessoal capacitado, recursos e equipamentos.

Figura 3 – Investimento doméstico em P&D nos Estados Unidos, China, União Europeia e Japão, 1981-2021 (bilhões de dólares)



Fonte: Elaboração própria com dados de OECD (2023)

Outro ponto a ser considerado na estrutura de conhecimento é a ideia de “poder brando” (*soft power*) associada ao trabalho de Nye (1990; 2004). Segundo o autor, o poder brando ou cooptativo ocorre quando um país “A” faz o país “B” querer o mesmo que o país “A”.

A mensuração desse elemento é difícil, porém é possível identificar alguns pontos. Ao que parece, no tocante ao poder brando a influência global dos Estados Unidos segue sendo incomparável, tendo em vista que o inglês é a língua franca, que a maior indústria cultural do planeta é Hollywood (KELLNER, 1995; PARMAR; COX, 2010), e que os Estados Unidos têm forte influência nas organizações internacionais.⁶ Em uma pesquisa da “Pew Research Center” foi indicado que 58 em cada 100 pessoas tinham visões favoráveis dos Estados Unidos, enquanto 26 tinham visões desfavoráveis. Na mesma pesquisa, 65 em cada 100 pessoas afirmaram que gostavam de filmes, música e produtos televisivos dos Estados Unidos, enquanto 29 desgostavam (IKE et al., 2017). Portanto, Washington tem instrumentos de influência únicos, capazes de condicionar certos padrões de consumo, e até mesmo que certo recorte da realidade seja apresentado como a própria realidade. Nesse aspecto, o poder brando chinês parece estar muito distante do estadunidense e, em função da resiliente imagem autoritária, a China parece estar atrás do poder brando dos países europeus, do Japão e da Coreia do Sul.

Em resumo, considerando os investimentos atuais e acumulados, os centros de pesquisa avançados, e a disseminação internacional e naturalização de ideias, os Estados Unidos são uma potência formidável que é difícil de ser comparada a qualquer outro Estado. Além disso, o investimento militar massivo é transferido para essa estrutura, multiplicando a vantagem dos Estados Unidos e tornando-a duradoura. No entanto, no campo de conhecimento e da tecnologia é perceptível o crescimento da China em relação a si mesma e às outras potências, embora ainda esteja longe de se equiparar à superpotência.

⁶ No FMI, a despeito das reformas de 2008, os Estados Unidos são o país com a maior cota de votos, com 16%, enquanto a China tem apenas 6%.

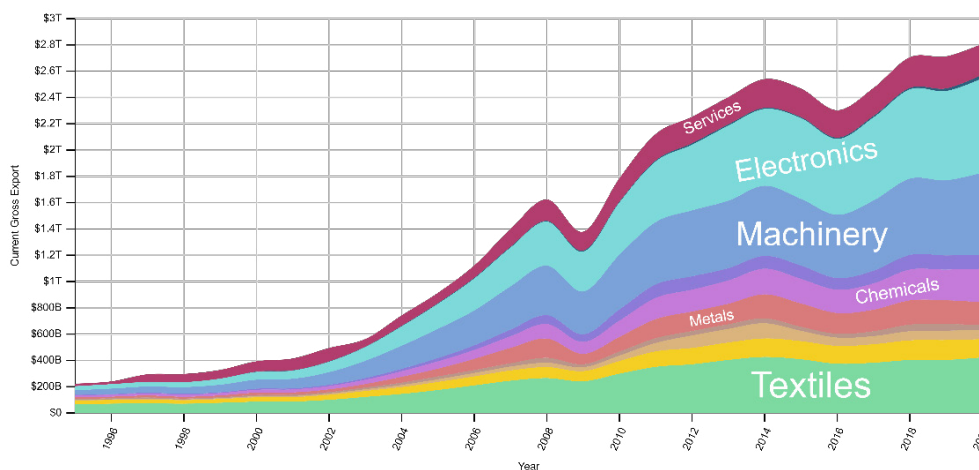
3. A DIMENSÃO PRODUTIVA E A DIMENSÃO FINANCEIRA

Antes de discutir a estrutura produtiva, é importante questionar uma analogia histórica problemática: a ideia de que a China se tornou a “fábrica do mundo” (*world factory*), seguindo o mesmo caminho que a Inglaterra no século XIX e os Estados Unidos no século XX. Essa analogia implica a inevitável ascensão e consolidação de uma nova hegemonia internacional. Essa analogia é problemática, pois estabelece uma leitura cíclica da história na qual não há espaço para o surgimento de novas estruturas internacionais. Um elemento chave escapa, isto é, o fato da China tornar-se a “fábrica do mundo” em um contexto específico de internacionalização da produção, em uma divisão internacional do trabalho em que há maior grau de entrelaçamento entre as economias.⁷ Desse modo, não necessariamente o país mais industrializado e com a maior produção de manufaturas será aquele que irá capturar as maiores rendas internacionais. E o fato exclusivo de montar e replicar um produto não é condição suficiente para atingir o processo de inovação endógeno que propiciará a criação dos novos produtos de fronteira tecnológica. A situação da China como a “fábrica do mundo”, embora seja um importante indício, não implica necessariamente a mudança de hegemonia econômica.

Nesse sentido, é importante lembrar, conforme Kwan (2002a), que se deve diferenciar o “Made by China” do “Made in China”. Para ele, o crescimento chinês da década de 1990 foi pautado pelo segundo conceito: a China montava e reproduzia itens criados por outras sociedades. Desse modo, o autor sustenta que, na virada do século, a China não era uma competidora para o Japão, ela participava da divisão internacional do trabalho ofertando serviços e bens intensivos em trabalho, e o Japão ofertando serviços e bens intensivos em tecnologia, de modo que as duas economias seriam complementares (KWAN, 2002a; KWAN, 2002b).

Essa fotografia, contudo, começou a ficar antiquada à medida que a China emergiu como “um grande poder inovador”. Como observa-se na Figura 4, a economia chinesa, que tem sustentado alto crescimento, mudou progressivamente sua pauta de exportação, ampliando a participação de produtos com maior valor agregado. Conforme Leite (2018, p. 277), o fortalecimento comercial da China foi quantitativo e qualitativo, isto é: “uma expansão comercial com agregação de valor às mercadorias comercializadas”. Assim, ao mesmo tempo em que sua economia e comércio exterior cresceram, a China aumentou, na composição dos produtos exportados, a parcela de produtos eletrônicos e de maquinário, que passaram de cerca de 31%, em 1995, para 48% da pauta de exportação, em 2016. Os produtos simples como têxteis e agrícolas, que em 1995 diziam respeito a 42% da pauta de exportação, reduziram sua participação relativa para 21% em 2019. Segundo Nakamura (2019): “Known as the world’s factory, China has traditionally imported value-added parts to produce consumer goods for export. But the country’s manufacturers have gradually acquired the technology to produce intermediary and capital goods at home.”

Figura 4 – Mudança na composição da pauta de exportação da China, 1995-2016

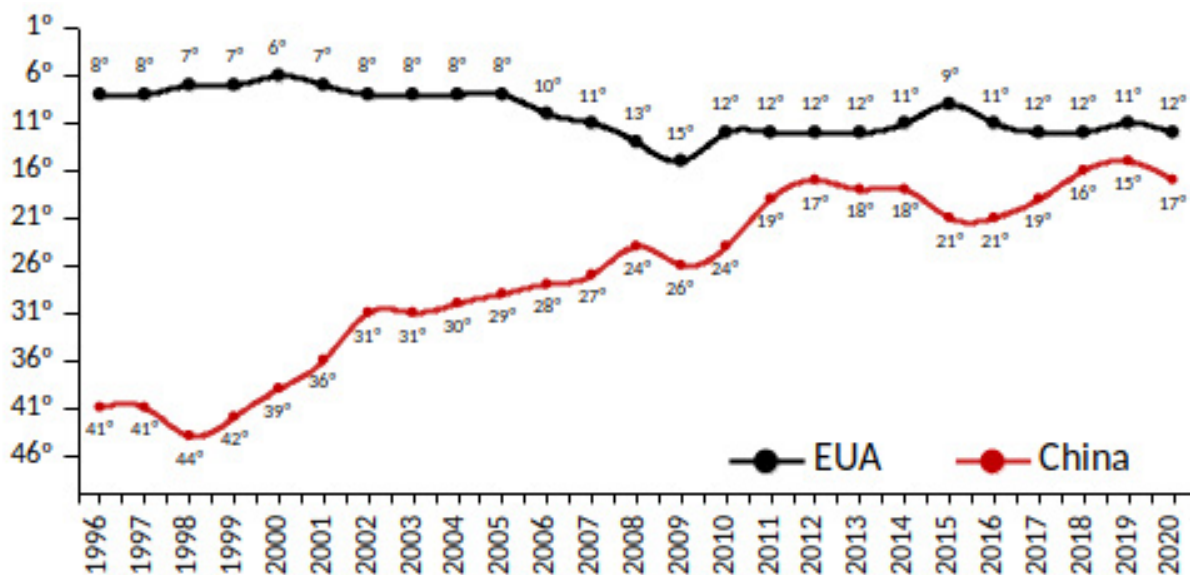


Fonte: (HARVARD GROWTH LAB, 2023)

⁷ Isso quer dizer que os processos produtivos são distribuídos globalmente de modo a acessar mercados, diminuir os custos (e.g. diminuir gastos com força de trabalho, contornar impostos e tarifas) e aproveitar os ativos de cada local (e.g. aproximando de centros de pesquisa e inovação). Com isso, por exemplo, empresas de calçados, como Nike e Adidas, deslocam o setor intensivo em trabalho de sua produção para países em que a força de trabalho tem menor valor comparativo, enquanto as suas atividades criativas e de publicidade ficam alocadas em países e locais especializados nesse setor, geralmente países desenvolvidos.

Essa complexificação da pauta de exportação fez a China subir no ranking da complexidade, que compara a pauta de exportação dos países de modo a encontrar aqueles que exportam os bens mais complexos, com o maior valor agregado.⁸ Nesse ranking, liderado pelo Japão desde 1996, a China saltou da posição 41^a para a posição 17^a.

Figura 5 – Posição da pauta de exportação de Estados Unidos e China no ranking “Economic Complexity Index”, 1996-2020



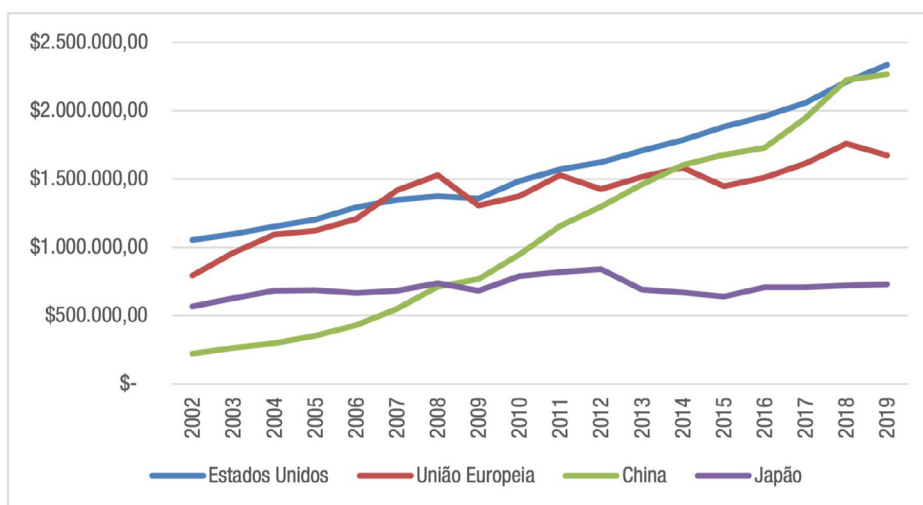
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Harvard Growth Lab (2023)

Os dados sobre as exportações chinesas, porém, precisam ser qualificados, visto que a situação mundial é de “internacionalização da produção”. Logo, a transformação na pauta de exportação não decorre necessariamente da atuação de empresas chinesas aplicando tecnologia autóctone. E, de fato, parte significativa do processo está associada ao papel das multinacionais na China, que, muitas vezes, utilizam o país apenas como plataforma de montagem de produtos pensados e criados em outros locais (USTR, 2006b). Conforme Hancock (2018), as multinacionais têm um papel importante na sofisticação das exportações da China e dizem respeito a 43% das exportações da China. Como evidencia o caso da empresa Apple, uma significativa porção do déficit comercial dos Estados Unidos com a China é desdobramento de produtos feitos por empresas americanas utilizando insumos e componentes produzidos em outros países e montados na China (USTR, 2006b; KRASNER, 2016). Logo, a modificação na pauta de exportação pode não ser tão significativa como se imaginaria à primeira vista.

Vale destacar também a produção de setores intensivos em tecnologia e conhecimento. Conforme o “National Science Board” (NSB, 2023), a China surgiu como um grande produtor nesse setor na última década, pois sua participação no valor agregado global aumentou rapidamente. Os Estados Unidos e a China são, portanto, os dois maiores pólos industriais intensivos em tecnologia, cada um com uma participação de 25% no valor agregado global. O Japão (8%) e a Alemanha (6%) vieram em seguida, seguidos pela Coreia do Sul (4%), Reino Unido (3%) e França (2%). Esses sete principais países foram responsáveis por quase três quartos (73%) do valor agregado global de manufaturas intensivas em conhecimento e tecnologia (NSB, 2023).

⁸ “The Economic Complexity Index [...] measures the knowledge intensity of an economy by considering the knowledge intensity of the products it exports.” (HARVARD GROWTH LAB, 2023)

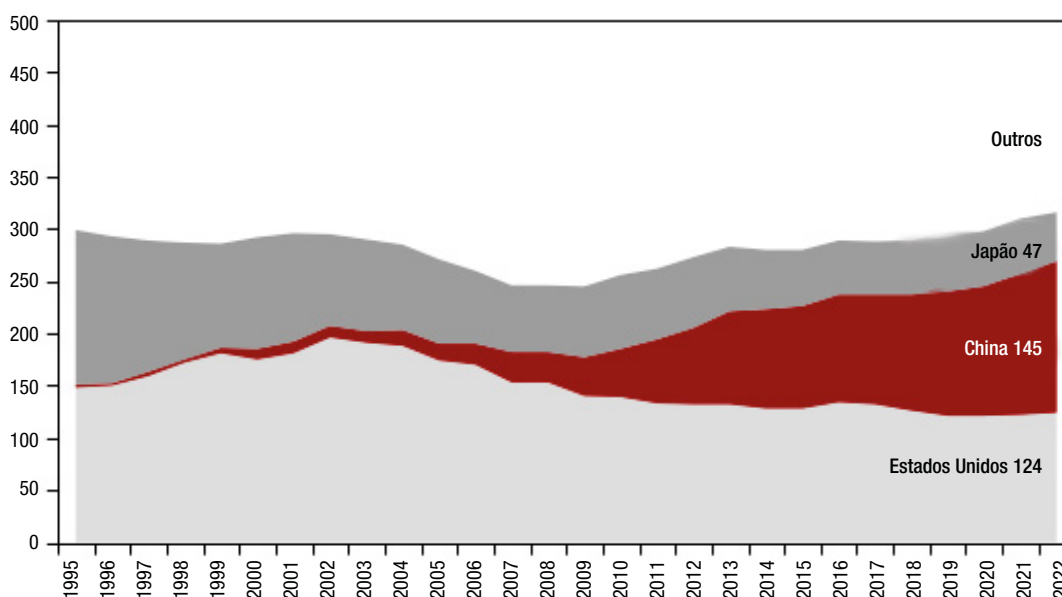
Figura 6 – Valor agregado das indústrias intensivas em conhecimento e tecnologia, por região, país ou economia, 2002-2019 (Em milhões de dólares atuais)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do NSB (2023)

Este e outros dados indicam que a mudança na estrutura produtiva é real e não ilusória. Segundo Strange (1987, p. 566-567), para determinar o poder econômico de um Estado, mais fundamental do que avaliar a participação do PIB de uma economia em relação ao mundo é compreender quais países controlam as principais multinacionais e em quais setores de densidade tecnológica elas participam. O ranking da “Fortune Global 500” na Figura 7 revela uma destacada ascensão das grandes empresas da China. Sobretudo, após a crise financeira em 2008. (KWAN, 2017).

Figura 7 – Participação relativa de empresas dos Estados Unidos, China e Japão na lista das 500 maiores empresas da “Fortune Global 500”, 1995-2022*

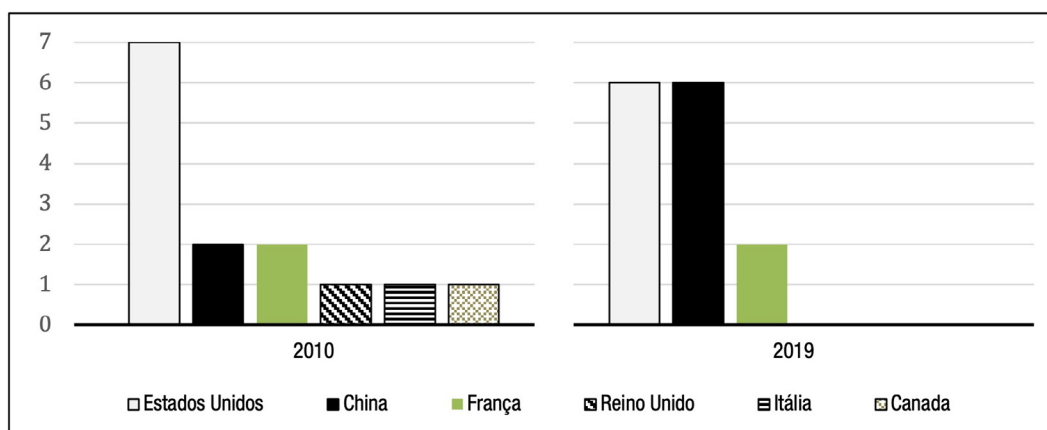


* Conforme a “Fortune Global 500”, as empresas de Taiwan não foram incluídas no número da China

Fonte: Elaboração própria com dados da (FORTUNE, 2023).

O crescimento chinês é extraordinário, em pouco mais de 20 anos a China (contando Hong Kong e sem incluir Taiwan) deixou de ser sede de 3 (0,6%) para ser sede de 145 (29%) das 500 maiores corporações mundiais. Se Taiwan for incluída (10 empresas), o ano 2019 é o primeiro na série histórica da “Fortune Global 500”, iniciada em 1995, em que os Estados Unidos, com 121 empresas, não são o país com mais empresas nesse ranking. Conforme Colvin (2019, n.p): “For the first time since the debut of the Global 500 in 1990, and arguably for the first time since World War II, a nation other than the U.S. is at the top of the ranks of global big business” . Uma caracterização da ascensão produtiva da China é observada na composição nacional das empresas do setor aeroespacial e de defesa da “Fortune Global 500”. Nesse setor as empresas chinesas se tornaram mais competitivas e modificaram a distribuição mais diversificada de 2010, como é notado na Figura 8.

Figura 8 – Empresas no setor aeroespacial e defesa na lista da “Fortune Global 500”, 2010/2019

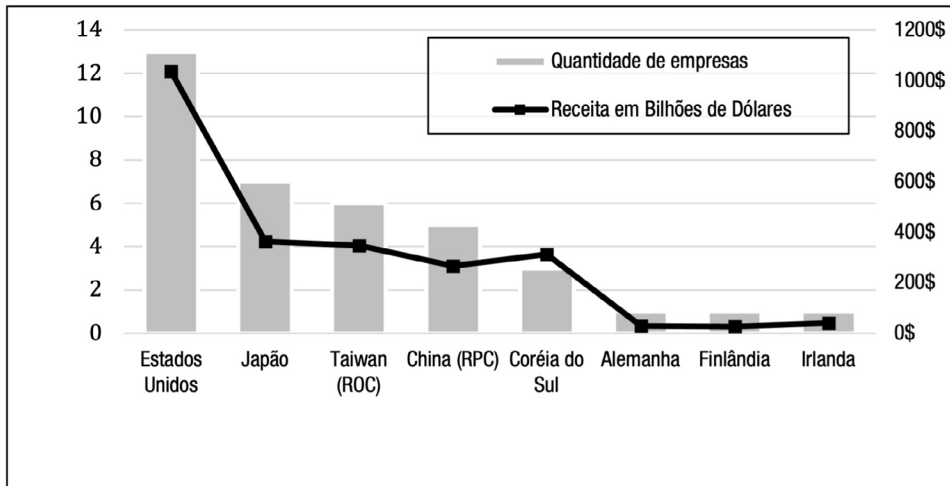


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da (FORTUNE, 2019)

De acordo com os dados fornecidos pela Fortune, a China está experimentando um notável avanço na estrutura produtiva, ainda que os Estados Unidos permaneçam como a principal potência nessa área. Segundo Colvin (2019), das 50 primeiras corporações, o país com a maior quantidade de sedes é os Estados Unidos, enquanto das 50 menores empresas na lista o país com mais corporações ainda é a China. No mesmo sentido, o autor indica que as receitas de empresas chinesas compreendem 25,6% das receitas de todas as 500 empresas, enquanto as receitas de empresas norte-americanas compreendem 28,8% do total. Analisando outra lista das maiores corporações globais, a “Forbes Global 2000” de 2018, Rapoza (2018) argumenta que as principais corporações da China são os grandes bancos, enquanto as principais corporações dos Estados Unidos são muito mais diversificadas.⁹ Logo, de um ponto de vista quantitativo e qualitativo, a China por mais próxima que esteja dos Estados Unidos ainda é qualitativamente o segundo lugar no quesito das maiores empresas. A China ainda está atrasada tecnologicamente em áreas cruciais, como os semicondutores (NSB, 2018). No ranking da “Fortune Global 500” no setor de tecnologia, é transparente a supremacia das multinacionais de base nos Estados Unidos, conforme a Figura 9.

⁹ Na lista da “Forbes Global 2000” do ano de 2006 a China tinha 4 empresas entre as 100 maiores empresas do mundo, e tinha 21 empresas (3 de Hong Kong) em 2018. Em 2006 os Estados Unidos tiveram 35 das 100 maiores empresas do mundo e em 2018 os Estados Unidos tinham 30 empresas. (FORBES, 2019)

Figura 9 – Empresas no setor de tecnologia por país na lista da “Fortune Global 500”, 2019

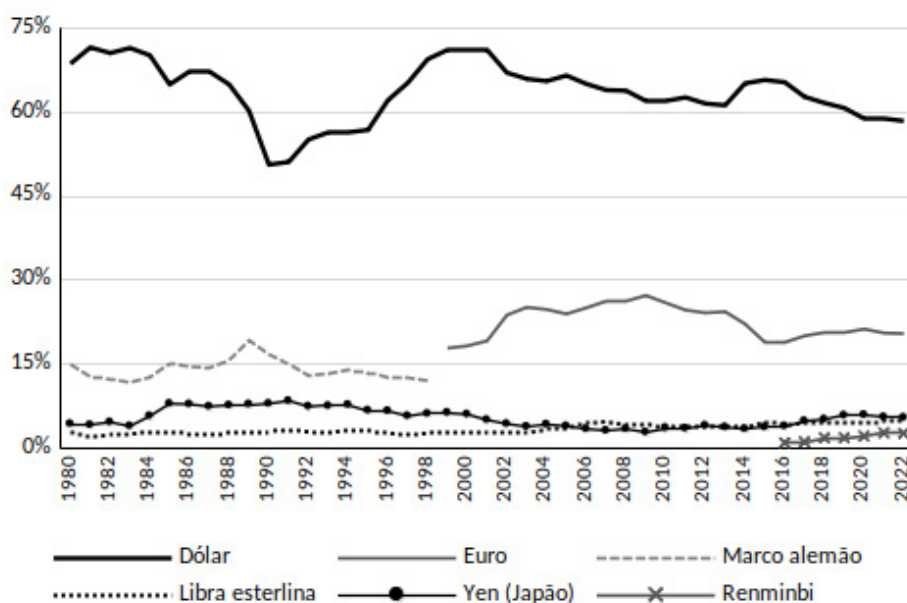


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da (FORTUNE, 2019)

A ascensão da China na estrutura produtiva é significativa, tanto em relação a sua situação no passado quanto em relação aos demais Estados. É, contudo, na interface entre a estrutura de produção e a do conhecimento que Estados Unidos e China se diferenciam, como indicado na discussão sobre a estrutura do conhecimento. É possível avaliar que os Estados Unidos são na estrutura produtiva a principal potência, mas a disparidade de poder vem sendo reduzida vis-à-vis à China.

Por fim, a última estrutura a ser considerada é a financeira e um elemento crucial é a questão da moeda reserva. De acordo com Cintra e Martins (2013, p. 291), o atual sistema monetário internacional é nucleado no sistema “dólar flexível”, sendo Wall Street “o mercado financeiro do mundo”, o Federal Reserve atuaria como “o banco central global” e os títulos do Tesouro americano são os mais seguros do sistema. Conforme Shatz (2016), a maior parte do comércio internacional continua sendo denominado em dólar. A partir da Figura 10, observa-se que o dólar segue sendo a moeda reserva internacional, mantido pelos bancos centrais em função da sua liquidez, segurança e baixo risco (CINTRA; MARTINS, 2013). A moeda americana permanece cumprindo a função de reserva de valor, meio de troca e unidade de conta, tal como previsto por Tavares (1985) na década de 1980.

Figura 10 – Composição de moedas nas reservas cambiais oficiais, 1980-2022



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do “IMF Annual Report” (vários anos).

Deter a moeda reserva internacional cria vantagens únicas aos Estados Unidos (EICHENGREEN, 2011; MARTINS, 2018). Uma delas é a senhoriação do dólar, isto é, se todos precisam oferecer algum produto ou serviço para adquirir dólar para usá-lo no comércio internacional, os Estados Unidos podem criá-lo a custo quase zero: “It costs only a few cents for the Bureau of Engraving and Printing to produce a \$100 bill, but other countries had to pony up \$100 of actual goods in order to obtain one”. (EICHENGREEN, 2011, p. 3). Outro privilégio é a capacidade de rolar a dívida externa em sua própria moeda, não enfrentando crises de balanço de pagamentos e fugas de capitais. Como lembra Susan Strange (1987, p. 569): “Indeed, to run a persistent deficit for a quarter of a century with impunity indicates not American weakness, but rather American power in the system.” Assim, no auge da crise do subprime, os capitais fugiram para os títulos do governo americano em similaridade às dinâmicas das crises financeiras e cambiais dos anos 1990 (CINTRA; MARTINS, 2008; SERRANO, 2008)¹⁰.

A China, por outro lado, não tem a moeda reserva e a sua moeda é menos internacionalizada que o euro, a libra e o iene; isto é, o renminbi ainda não tem papel de destaque no sistema monetário internacional.¹¹ Portanto, a China está dentro e entrelaçada ao sistema dólar flexível, sendo refém dos títulos do Tesouro americano, pois inexistente outro sistema financeiro amplo e profundo como o americano (CINTRA; MARTINS, 2013, p. 294). Há um esforço consistente de internacionalização do renminbi, que conduziu a inclusão da moeda na cesta dos Direitos Especiais de Saque do Fundo Monetário Internacional (FMI) em 2015, bem como em 2016 o renminbi foi a sexta moeda mais utilizada como meio de pagamento (MARTINS, 2018), mas ainda são mudanças incrementais que não modificam a estrutura quase unipolar do sistema monetário internacional.

Na estrutura financeira a supremacia dos Estados Unidos é similar àquela de Washington na estrutura militar, ou seja, muito forte. A ascensão financeira da China – que não é ancorada nas forças do mercado, mas em políticas estatais (MARTINS, 2018) – é crescente, mas a moeda chinesa ainda está em um patamar distante tanto do dólar quanto do euro. Considerando as três estruturas de caráter econômico, os Estados Unidos seguem sobressaindo em relação aos demais poderes.¹²

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante destacar que, embora outras análises sejam possíveis e os indicadores selecionados tenham limitações, é notável que a hegemonia dos Estados Unidos é bastante sólida nas estruturas financeira e de segurança, apresenta um nível significativo na estrutura de conhecimento e mantém uma superioridade, embora em declínio relativo, na estrutura produtiva. O poder estrutural da China está em ascensão em comparação ao passado, mas uma modificação substantiva só é observada na estrutura produtiva. A China tem apresentado desafios reais aos Estados Unidos, especialmente para as suas empresas, mas não se configura como uma adversária hegemônica a curto ou médio prazo. Por isso, é evidente o declínio relativo do poder americano com relação à China na estrutura produtiva, mas este declínio relativo “não significa – necessariamente – um ‘colapso’ do seu poder econômico e da sua supremacia mundial” (FIORI; MEDEIROS; SERRANO, 2008, p.21).

Os Estados Unidos são consideravelmente superiores em relação aos seus competidores não apenas em duas estruturas, mas em três. Na área financeira, eles têm a moeda reserva, sem lastro, colhem benefícios diretos da senhoriação do dólar (EICHENGREEN, 2011) e condicionam as dinâmicas do capital internacional. Na área de conhecimento, eles detêm as principais universidades e centros de pesquisa, o maior investimento total em P&D, são a base da maior indústria cultural do planeta – que conforma os padrões de consumo globais – e tem forte influência sobre as organizações internacionais. Na área produtiva, o país é sede das principais corporações, do ponto de vista quantitativo e qualitativo, liderando particularmente nos setores de alta tecnologia. Na área de segurança, são o poder mais avançado na dimensão nuclear, espacial e marítima – com capacidade de negar recurso a países em regiões distantes (POSEN, 2014) – e tem privilégios excepcionais derivados do insulamento geográfico em relação às demais grandes potências.

¹⁰ O domínio do dólar está diretamente associado à supremacia militar dos Estados Unidos e as vantagens geopolíticas da insularidade. Ao escolher reter um ativo, os agentes privados e públicos consideram a rentabilidade e a segurança. No século XX os Estados Unidos foram o único grande país a não sofrer revolução ou ter o seu território e sua base industrial dilacerados por uma guerra. A estabilidade da América do Norte contrasta com as tensões do Leste da Ásia e favorecem o domínio do dólar no sistema monetário internacional.

¹¹ O renminbi e o sistema bancário chinês foram desenvolvidos sobretudo para “financiar as transformações na estrutura produtiva e na infraestrutura” doméstica da China (CINTRA; MARTINS, 2013).

¹² Shatz observa que os Estados Unidos são a principal economia em PIB, um grande país em matéria comercial e lideram na exportação de serviços, no investimento direto, na inovação, na aplicação de patentes de alta qualidade e nos mercados financeiros, sendo que o dólar permanece como a moeda reserva e grande parte do comércio internacional é denominado na moeda estadunidense. (SHATZ, 2016, p. xiii)

Em decorrência do seu poder militar, econômico e cultural, os Estados Unidos são a única potência com “poder global” (FIORI, 2004), não sendo apenas uma “hegemonia regional” como quer John Mearsheimer. São o soberano do sistema e, no cume da pirâmide internacional de poder, ainda detém amplo raio de ação, com capacidade de declarar o “estado de exceção”. Do ponto de vista agregado, o sistema internacional só tem uma superpotência quando os quatro aspectos do poder são considerados: os Estados Unidos.

Além disso, essa hegemonia estrutural é mais robusta do que sugerido pelos indicadores, afinal eles sustentam tacitamente um entendimento formal de soberania. Assim, Estados Unidos e Japão são “entes” distintos. Contudo, se os Estados Unidos são os “responsáveis” pela segurança do Japão e pelo transporte de recursos imprescindíveis ao funcionamento da economia e da sociedade japonesa, isso implica que desfrutam de grande alavancagem sobre Tóquio e sobre as empresas e centros de pesquisa japoneses. No limite os Estados Unidos podem requisitar auxílio técnico, diplomático e financeiro e constranger em seu favor, sobretudo em questões “vitais”, as decisões do Japão. Em situações críticas, até mesmo as empresas japonesas têm de responder às demandas dos Estados Unidos, em decorrência da dependência de segurança do Japão. Em menor grau, é possível identificar relações similares de dependência com outros países, como Israel, Arábia Saudita, Canadá e México. Até mesmo os países europeus têm certa dependência dos Estados Unidos, se consideradas as importações de petróleo do Oriente Médio e a fraqueza militar relativa. Essa situação fortalece ainda mais a hegemonia estrutural dos Estados Unidos, particularmente em cenários de alta-tensão ou de conflito internacional, no qual esses países sejam forçados a escolher entre a parceria com superpotência ou com outro país do sistema.

O fortalecimento da China, porém, não é ilusório. Essa extraordinária ascensão não é apenas notável em relação ao seu estágio em décadas passadas (BECKLEY, 2011), mas em relação às demais potências. A China é o grande fato novo no sistema internacional (FIORI, 2018). Como lembra Marcos Costa Lima (2018, p. 16), a China está bem representada em todos os “quatro pontos” do poder estrutural de Susan Strange. De fato, a China realizou, em relação aos Estados Unidos, uma considerável redução da disparidade de poder na estrutura produtiva, tornando-se competitiva nesse aspecto; e, em menor grau, mitigou a disparidade de poder na estrutura de conhecimento/tecnologia.

Contudo, a China não tem supremacia em nenhuma das quatro dimensões e não superou, nem deve superar no médio prazo, os Estados Unidos em nenhuma das estruturas consideradas, ainda que talvez já supere em determinados aspectos setoriais, como em relação à inteligência artificial e a infraestrutura para a rede 5G. Portanto, a China ascendeu vertiginosamente em comparação aos seus pares, as grandes potências, mas, perante a superpotência, as capacidades de Washington ainda são muito superiores às de Pequim.¹³

O relativo declínio dos Estados Unidos vis-à-vis a China na dimensão produtiva não é irreversível ou sinaliza o fim da hegemonia. Como as estruturas estão inter-relacionadas, Washington tem uma incomparável capacidade de investimento, de inovação endógena, de extração forçada de recursos e de alavancagem sobre outros Estados e empresas, de modo que pode reverter o fortalecimento relativo da China na estrutura produtiva. Isso posto, a relação entre Estados Unidos e China corresponde a interação entre uma superpotência e uma grande potência. A hegemonia dos Estados Unidos é resiliente, e esse país não perdeu e não está próximo de perder o seu grande poder estrutural.

Essa leitura contradiz alguns entendimentos acadêmicos, sobretudo as hipóteses declinistas que sugerem ou a proximidade da crise final da hegemonia dos Estados Unidos, ou um declínio de grande magnitude ou, ainda, a consolidação de uma bipolaridade (e.g. ARRIGHI, 2007; LAYNE, 2008, 2012; DEMPSEY, 2012; PAPE, 2009). A análise contesta o trabalho de Layne (2012) que tem sérios problemas analíticos ao discutir a dimensão econômica do poder de Washington. Em contraponto aos “declinistas terminais”, conclui-se que os Estados Unidos seguem ao final da segunda década do século XXI como a maior potência do sistema e a única superpotência. Defendemos que as ferramentas analíticas criadas por autoras como Tavares (1985) e Strange (1987) são essenciais para entender os dilemas contemporâneos da ordem global e, por isso, precisam ser revisitadas.

Por outro lado, a análise dos indicadores permite contestar alguns “críticos do declinismo”, como Nye (2004, p. 4). Esse autor afirma que os Estados Unidos são hegemônicos, o único polo, na dimensão militar, mas na dimensão econômica há uma “multipolaridade”. A situação, conforme os indicadores discutidos, não é essa, visto que na dimensão econômica – tecnologia, finanças e produção – os Estados Unidos são um poder consideravelmente superior aos demais. O domínio do dólar revela essa assimetria de poder (SERRANO, 2008).

Pode-se, também, contestar Beckley (2011; 2018), outro crítico do declinismo. Ao contrário de Layne (2012) que visualiza uma mudança drástica e o fim da hegemonia dos Estados Unidos, Beckley (2011; 2018), no que caracterizamos como

¹³ Desse modo, no debate entre aqueles que falam que a China será uma superpotência em cinco anos e os que argumentam que há uma possibilidade em três décadas (LIMA, 2018, p. 27) os últimos estão mais acurados.

“hipótese da unipolaridade estática”, afirma que quase nada mudou na distribuição de poder, os Estados Unidos são muito superiores à China e provavelmente devem manter a era unipolar ao longo do século atual. Segundo Beckley (2011): “China’s growth rates are high because its starting point was low. China is rising, but it is not catching up.” (BECKLEY, 2011, p. 44). Em duas das quatro dimensões consideradas, Beckley (2011; 2018) está correto; a China ainda não está alcançando os Estados Unidos. Na dimensão do conhecimento/tecnologia o argumento se sustenta com menos força. Na dimensão produtiva, contudo, a transformação é significativa: a China está ascendendo e aproximando-se da posição dos Estados Unidos.

Em síntese, embora ocorram mudanças significativas, estas não são radicais ao ponto de implicar no fim da hegemonia dos Estados Unidos. Em contraponto às hipóteses do declínio terminal e da unipolaridade estática, ocorre uma incipiente mudança na distribuição de poder. O aparato conceitual de Strange permite visualizar que o diagnóstico da própria autora nos anos oitenta se sustenta parcialmente: os Estados Unidos são a hegemonia estrutural, porém há um declínio relativo em uma das estruturas consideradas. O frutífero aporte de Strange possibilita, assim, escapar à dualidade “tudo mudou” *versus* “nada mudou” e compreender com mais precisão a hegemonia dos Estados Unidos e a dinâmica de poder perante a ascensão da China.

REFERÊNCIAS

- ARRIGHI, G (2007). **Adam Smith in Beijing: Lineages of the Twenty-First Century**. New York: Verso.
- ART, R. (2010). The United States and the Rise of China: Implications for the Long Haul. **Political Science Quarterly**. V. 125 (3), pp. 359-391, Fall.
- _____. (2003). **A Grand Strategy for America**. Ithaca: Cornell University Press.
- BECKLEY, M. (2018). **Unrivaled: Why America Will remain the World’s sole superpower**. Ithaca: Cornell University Press. Disponível em: <<https://doi.org/10.7591/9781501724794>> Acesso em: 15/08/2019
- _____. (2011). China’s Century? Why America’s edge will endure. **International Security**. 36 (3), pp. 41-78. Disponível em: <https://doi.org/10.1162/isec_a_00066> Acesso em: 15/08/2019
- CARTER, A. (2018). Reflections on American Grand Strategy in Asia. **Belfer Center Report**. Harvard Kennedy School. Cambridge.
- CHAN, S. (2008). **China, the U.S., and the Power-Transition Theory: A critique**. Oxon: Routledge.
- CINTRA, M.; MARTINS, A. (2013). O papel do dólar e do renminbi no Sistema Monetário Internacional. In: CINTRA, M. MARTINS, A. (org.). **As transformações no Sistema Monetário Internacional**. Brasília: IPEA.
- COHEN, E. (1996). A Revolution in Warfare. **Foreign Affairs**. Vol. 75 (2). Pp. 37–54, Mar.–Apr.
- COLVIN, G. (2019). It’s China’s World. **Fortune**. Jul 22.
- DEMPSEY, J. (2012). The United States and China: The Return of a Bipolar World. **Carnegie Europe** (Online). Nov 12.
- EICHENGREEN, B. (2011). **Exorbitant Privilege: The Rise and Fall of the Dollar**. Oxford: Oxford University Press.
- FIORI, J. (2018). Geopolítica internacional: a nova estratégia imperial dos Estados Unidos. **Saúde debate**. V. 42, n. esp. 3, p. 10-17, nov.
- _____. (Org.) (2004). **O poder americano**. Petrópolis: Editora Vozes.
- _____. (2000). Maria da Conceição Tavares e a hegemonia Americana. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 207–235.
- FIORI, J. L.; MEDEIROS, C.; SERRANO, F. L. (2008). **O Mito Do Colapso Do Poder Americano**. Rio de Janeiro: Record.
- FOOT, R. (1995). **The Practice of Power: US Relations with China since 1949**. Oxford: Oxford University Press.
- FORTUNE (2023). “Fortune Global 500”. Disponível em: <<https://fortune.com/global500/>> Acesso em: 01/05/2023
- GILPIN, R. (1981). **War and Change in World Politics**. Cambridge: Cambridge University Press.
- GOWAN, P. (2010). **A calculus of power**. London: Verso.
- _____. (2004). Triumphant toward international disaster. The impasse in American grand strategy. **Critical Asian Studies**, V.36, Pages 3-36.
- GU, X. (2022). **Structural Power in the Global Age: Why Modernity is Ending and Globality Prevails**. [s.l.] Springer.
- HARVARD GROWTH LAB (2023). **The Atlas of Economic Complexity by @HarvardGrwthLab**. Disponível em: <<https://atlas.cid.harvard.edu/explore/stack?country=43&year=2020&queryLevel=location&startYear=1995&productClass=HS&product=undefined&target=Product&partner=undefined>>. Acesso em: 13/07/2023
- HAYTON, B. (2014). **The South China Sea: The Struggle for Power in Asia**. New Haven: Yale University Press.

- IISS (2018). **The Military Balance**: The annual assessment of global military capabilities and defence economics. The International Institute for Strategic Studies.
- IMF [s.d.]. **Currency Composition of Official Foreign Exchange Reserve (COFER)**. Disponível em: <<http://data.imf.org/?sk=E6A5F467-C14B-4AA8-9F6D-5A09EC4E62A4>> Acesso em: 01/08/ 2019
- IMF [s.d.]. **IMF Annual Report** (Vários anos) . Disponível em: <<https://www.imf.org/en/Publications/SPROLLS/annual-reports-archives>> Acesso em: 10/10/2019
- JOFFE, J. (2009). The Default Power: The False Prophecy of America's Decline. **Foreign Affairs**, Vol. 88, No. 5, pp. 21-35, September/October.
- KWAN, C. (2017). **The Rapid Advancement of Chinese Private Enterprises as Revealed by the Fortune Global 500**. Research Institute of Economy, Trade and Industry.
- _____. (2002a). **Don't Confuse "Made in China" with "Made by China"**. Research Institute of Economy, Trade and Industry.
- _____. (2002b). **More Trade Friction Looming for China**. Research Institute of Economy, Trade and Industry.
- LAYNE, C. (2012). This Time It's Real: The End of Unipolarity and the Pax Americana. **International Studies Quarterly**. 56 (1), Mar.
- _____. (2008). China's Challenge to US Hegemony. **Current History**. Jan.
- _____. (2006). **The Peace of Illusions: American Grand Strategy from 1940 to the Present**. Ithaca: Cornell University Press.
- LEITE, A. (2018). O atual momento do desenvolvimento chinês: planejamento regional, investimento e comércio internacional. In: VADELL, J. (Org.) **A expansão econômica e geopolítica da China no século XXI**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas.
- LIMA, M. C. (2018). A nova teoria das Relações Internacionais Chinesa e a ascensão do país: o conceito de Tianxia. In: VADELL, J. (Org.) **A expansão econômica e geopolítica da China no século XXI**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas.
- MANSBACH, R. W.; FERGUSON, Y. H. (2021). The Return of Geopolitics and Declining U.S. Hegemony. Em: MANSBACH, R. W.; FERGUSON, Y. H. (Eds.). **Populism and Globalization: The Return of Nationalism and the Global Liberal Order**. Cham: Springer International Publishing. p. 89–140.
- MARTINS, A. (2018). A internacionalização do Renminbi e a ascensão do poder monetário chinês. In: VADELL, J. (Org.) **A expansão econômica e geopolítica da China no século XXI**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas.
- MEDEIROS, C. (2004). O Desenvolvimento tecnológico americano no pós-guerra como um empreendimento militar. In: FIORI, J. (ed.) **O Poder Americano**. Petrópolis: Vozes.
- NAKAMURA, Y. (2019). China's exports climb value chain, feeding into US trade tensions. **Asia Nikkei Review**. March 13.
- NESMASHNYI, A. D. (2023). European Security Crisis and US Hegemony: Reversing the Decline? **European Security**. Disponível em: <<https://eng.globalaffairs.ru/articles/european-security-crisis/>> Acesso em: 13/07/2023
- NSB (2023). **Production and Trade of Knowledge- and Technology-Intensive Industries I NSF - National Science Foundation**. Disponível em: <<https://nces.nsf.gov/pubs/nsb20226/production-patterns-and-trends-of-knowledge-and-technology-intensive-industries#kti-industries-in-the-global-economy>>. Acesso em: 13/07/2023
- NYE, J. (2004). **Soft Power: The means to success in world politics**. New York: Public Affairs.
- _____. (1990). Soft Power. **Foreign Policy**. Nº 80. Autumn, pp. 153–171.
- OECD (2023). **Research and development (R&D) - Gross domestic spending on R&D - OECD Data**. Disponível em: <<http://data.oecd.org/rd/gross-domestic-spending-on-r-d.htm>>. Acesso em: 13/07/2023
- PAPE, R. (2009). Empire falls. **The National Interest**. N. 99, p. 21–34, Jan-Feb.
- PARMAR, I.; COX, M. (2010). **Soft Power and US Foreign Policy: Theoretical, Historical and Contemporary Perspectives**. New York.
- RAND CORPORATION (2015). Project Air Force: An Interactive Look at the US-China Military Scorecard. Rand, sep. Disponível em: <<http://www.rand.org/paf/projects/us-chinascorecard.html>> Acesso em: 22/07/2019
- ROCHA, M. (2020). **A Doutrina Cronos: O quarto padrão da política dos Estados Unidos para a China**. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais. Universidade Federal de Uberlândia. Disponível em: <<http://doi.org/10.14393/ufu.di.2019.2599>> Acesso em: 03/08/2021
- SERRANO, F. (2008). A economia americana, o padrão 'dólar-flexível' e a expansão mundial nos anos 2000. In: FIORI, J. SERRANO, F. MEDEIROS, C. **O mito do colapso americano**. Rio de Janeiro: Record.
- SHANGAI RANKING (2019). **Academic Ranking of World Universities**. Database. Disponível em: <<http://www.shanghairanking.com>> Acesso em: 15/08/2019
- SHATZ, H. (2016). **U.S. International Economic Strategy in a Turbulent World**. Santa Monica: Rand Corporation.
- STRANGE, S. (1987). The persistent myth of lost hegemony. **International Organisation**. 41, 4 (Autumn): 551 – 574. Disponível em: <<https://doi.org/10.1017/s0020818300027600>> Acesso em: 15/08/2019

- TAVARES, M. C. (1985). A retomada da hegemonia norte-americana. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 5, n. 2, abr.
- WINECOFF, W. K. (2020). “The persistent myth of lost hegemony,” revisited: structural power as a complex network phenomenon. **European Journal of International Relations**, v. 26, n. 1_suppl, p. 209–252.
- WORLD BANK (2023). **World Bank national accounts data, and OECD National Accounts data files**. Disponível em: <<https://data.worldbank.org>>. Acesso em: 13/07/2023.